

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2022

Processo Administrativo n. 03/2022

Dispensa de Licitação n. 02/2022

Contrato que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Estado de Santa Catarina, com endereço na situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 11.427.163/0001-71, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Clodoaldo Briancini, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a Empresa **KGW PREVENÇÕES E TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ: **45.766.074/0001-71**, estabelecida na Rua Armando Nardino, nº 45, Centro em Seara/SC, CEP: **89.770-000**, neste ato representada pela Sra. GILVANE WASKIEVICZ, inscrita no CPF sob o n. *****.259.919-****, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei n. 8.666, de 1993, demais legislações pertinentes, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE COM ABORDAGEM NA RECICLAGEM E ATENDIMENTO DE TRAUMA, CINEMÁTICAS E GERENCIAMENTO DE RISCO**, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos do Processo Licitatório 03/2023.

1.2. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência decorrentes das alterações permitidas em lei.

1.3. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 30/06/2023, período após o qual estará automaticamente rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Pela execução do objeto, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor global de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), compreendendo todos os custos necessários à execução dos serviços objeto desta contratação, inclusive os referentes às despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Não haverá reajuste e atualização dos valores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO, DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. O objeto do presente contrato será realizado sob Forma/Regime: Direta.

5.2. As despesas decorrentes do presente correrão por conta do orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade n. 2.019.

Modalidade de Aplicação n. 3.3.90.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido;
- b) Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Comunicar à contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá a CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

9.2. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO

10.1. O prazo para início da execução do contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;

10.2. A carga horária mínima é de 08 (oito horas), que deverá ser realizada dentro do prazo do contrato.

10.3. O local de prestação dos serviços será o auditório da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC.

10.4. O conteúdo programático deverá conter obrigatoriamente os seguintes temas:

- Noções básicas de anatomia e fisiologia humana;
- Princípios de biossegurança, sinais vitais e verificação;
- Avaliação primária e secundária;
- Parada respiratória e para cardíaca;
- Hemorragias e estado de choque;
- Queimaduras e lesões ambientais;



- Intoxicação e envenenamento;
- Ferimentos em tecidos moles e uso de bandagens e ataduras;
- Fraturas, luxações e entorses;
- Traumatismo crânio encefálico e raquimedular (noções);
- Técnicas de remoção;
- Verificação Final;
- Gerenciamento e análise de risco;
- gerenciamento de cena, método star;
- Classificação e cinemática do trauma;
- Atendimento Pré-hospitalar (teoria);
- Atendimento Pré-hospitalar (prática).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. É competente para o pleno e total recebimento do objeto deste contrato, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Municipal de Saúde, através de preposto designado pelo secretário correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, conforme o caso:

- a) Multa de 10% (dez por cento) pela recusa em retirar Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato a qual incidirá sobre o valor da nota de empenho;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total do contrato, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) por problemas técnicos relacionados com o objeto da presente locação, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;
- e) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do contrato decorrente de inadimplência da CONTRATADA, a qual incidirá sobre o valor do saldo do contrato na ocasião;
- f) Todas as demais sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93.

12.2. As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º, do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

12.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério do CONTRATANTE e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor correspondente às multas será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

13.2. O contrato, também, poderá ser rescindido pela simples manifestação de vontade das partes, desde que haja comunicação escrita, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

13.3. Em ambos os casos, a Contratada fará jus a remuneração pelos serviços realizados e não pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

Cordilheira Alta/SC, 02 de fevereiro de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

KGW PREVENÇÕES E TREINAMENTOS LTDA
Gilvane Waskievicz

Testemunhas:

Angelita Gabriel
***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
***.241.889-**